



III Encontro Nacional da Aliança CBJP/CNBB e JPIC/CRB Nacional de Justiça, Paz e Integridade da Criação

XVII Encontro Nacional das Comissões Justiça e Paz e Afins

Carta Aberta aos irmãos bispos, presbíteros, diáconos permanentes, religiosos, religiosas, cristãos leigos e leigas da Igreja Católica no Brasil

Queridos irmãos e irmãs, somos 91 pessoas, vindas de 22 Estados do Brasil, membros de Comissões Justiça e Paz Diocesanas, Regionais e Brasileira, e das Comissões Justiça, Paz e Integridade da Criação da Conferência dos Religiosos do Brasil e de famílias religiosas. Reunidos em Brasília, de 22 a 24 de fevereiro de 2019, cumprimos um amplo programa de reflexão e intercâmbio sobre nossa ação para contribuir na construção de uma sociedade justa, pacífica e fraterna.

Com nossa reunião se realizando às vésperas do lançamento da Campanha da Fraternidade de 2019 da CNBB, com o tema “Fraternidade e Políticas Públicas”, compartilhamos informações sobre a realidade vivida pelo povo nas regiões em que atuamos e sobre as políticas públicas nelas desenvolvidas. Consideramos de forma especial as mudanças que estão acontecendo no país a partir da eleição de 2018 e depois da posse do governo eleito.

Com indignação e profundo pesar, constatamos que, num país marcado por uma desigualdade social inaceitável para nossa consciência cristã, a orientação política que se instalou no Brasil é diametralmente oposta ao que a Campanha da Fraternidade de 2019 propõe, iluminada pela Doutrina Social da Igreja e resumida no seu lema *“Serás libertado pelo direito e pela justiça”* (Is 1,27).

A pastoral da Igreja Católica, pela ação de seus Bispos, Comunidades e Pastorais Sociais, esteve sempre voltada, na perspectiva aberta pelo Concílio Vaticano II, para a defesa e a proteção de nossos irmãos excluídos e oprimidos por modelos econômicos e práticas políticas, que privilegiam poucos à custa do empobrecimento e sofrimento da maioria. E não é outro, nos dias de hoje, o ensinamento que o Papa Francisco nos transmite com insistência: “Não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado” (EG 204); “não a uma economia da exclusão: os excluídos não são só explorados, mas ‘sobras’” (EG 53); e, em Aparecida, os bispos latino-americanos já assumiam que “a Igreja está convocada a ser ‘advogada da justiça e defensora dos pobres’ diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas”, que ‘clamam ao céu’ (DAP 395).

Em confronto a esses direcionamentos, estão sendo tomadas iniciativas pelo governo eleito e pelos parlamentares que o apoiam no Congresso: estamos entrando numa fase aguda de um rápido processo de desmonte de direitos políticos e sociais, como saúde, educação, trabalho e



renda; desestruturação das organizações sociais; desconstrução de princípios educativos consolidados; perda do patrimônio nacional; destruição ambiental através da promoção do modelo extrativista predatório; deterioração de nossas relações diplomáticas e do comércio internacional; exprimindo, assim, o egoísmo dos privilegiados e o descaso dos atuais governantes com a vida em nosso país.

Esse processo, através de Reformas como as que se vem propondo na Previdência Social, ampliará drasticamente a miséria e a fome do povo brasileiro, e deixará desamparado um número cada vez maior de pessoas idosas. Em acréscimo, a pretexto de um combate mais eficaz ao crime, propõe-se introduzir em nosso país não só uma implícita pena de morte – mesmo sem julgamento – como o direito de matar, tanto para aqueles que são pagos para proteger os cidadãos e cidadãs, como para o cidadão comum que possua armas de fogo. Esta orientação, que foi estimulada na campanha eleitoral e já está sendo adotada por alguns governantes eleitos, está vitimando cada vez mais jovens, negros, indígenas, lideranças sociais e pessoas com orientação sexual diferente da maioria. E está tendo efeitos desastrosos ao levar a uma maior repressão das organizações sociais e ao desrespeito à mulher.

É preocupante ainda que, ao invés de se buscar construir uma sociedade pacífica, justa e respeitosa da diversidade, dissemina-se o ódio até entre forças políticas que deveriam dialogar como se exige numa democracia; bem como se cria o medo entre os que se preocupam com as decisões políticas que estão sendo tomadas.

Neste contexto ocorrem, nestes próximos meses, eleições para novos mandatos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB-Nacional), do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB) e da Comissão Nacional dos Diáconos (CND). Por isso dirigimos esta Carta Aberta aos irmãos e irmãs, membros dessas organizações, na certeza de que escolherão cuidadosamente aqueles que enfrentarão com coragem os enormes desafios que já se apresentam para o povo brasileiro, e podem se tornar ainda mais ameaçadores se as perspectivas antiéticas acima indicadas se concretizarem. É para lhes exprimir nossa esperança que dirigimos a vocês, como porção do Povo de Deus, esta Carta Aberta.

Imploramos as bênçãos de Deus e a proteção da Mãe Aparecida.

Brasília, 24 de fevereiro de 2019.

Carlos Alves Moura
Secretário Executivo da CBJP

Irmã Maria Inês Vieira Ribeiro, mad.
Presidente da CRB Nacional